CONVOCATÓRIA 03

EMENTAS DOS GRUPOS DE TRABALHO (GTS) APROVADOS

EIXO 1: Formação de Professores e Práticas Pedagógicas Interculturais

GT 1: Formação de professores: linguagem, cultura e educação em diferentes contextos
Coordenação/Colaboração: Dra. Luana Teixeira Porto (URI/FW); Dr. Felipe Gustsack (UNISC)
Ementa: Este Grupo de Trabalho reúne pesquisas que investigam as relações entre formação docente, linguagem e cultura em seus múltiplos contextos de realização, abarcando tanto espaços formais quanto informais de ensino e aprendizagem. Parte-se do pressuposto de que a linguagem não é mero instrumento de comunicação ou ferramenta auxiliar do processo de ensino-aprendizagem, mas dimensão constitutiva dos sujeitos, das práticas sociais e das instituições educativas. Nessa perspectiva, formar professores implica necessariamente problematizar as condições linguísticas e culturais em que a educação acontece, reconhecendo que as salas de aula são espaços atravessados por histórias, línguas, discursos e visões de mundo que nem sempre coincidem com aqueles legitimados pelo currículo oficial.
A articulação entre linguagem, cultura e formação docente tem se constituído como campo fértil de investigação, especialmente diante da heterogeneidade crescente dos contextos educativos brasileiros e latino-americanos. Escolas urbanas de periferia, comunidades rurais, territórios indígenas e quilombolas, escolas bilíngues, espaços de acolhimento a migrantes e refugiados, ambientes digitais de aprendizagem — todos esses contextos colocam à formação de professores desafios específicos que não se resolvem com soluções universalizantes. O corpo discente também se mostra heterogêneo e cada vez mais impactado por cultura digital, cujos reflexos são podem ser discutidos quanto à capacidade cognitiva e formas de expressão, o que impõe um pensar crítico acerca de formação docente e metodologias de ensino que possam significar esse cenário. A diversidade de contextos exige, portanto, que a pesquisa educacional se pergunte de forma cada vez mais situada sobre quem são os sujeitos que ensinam e aprendem, em que condições o fazem, quais linguagens circulam nesses espaços e que relações de poder organizam os sentidos do que vale como saber legítimo.
Este GT acolhe trabalhos que se debrucem sobre a formação inicial e continuada de professores a partir das interfaces com a linguagem e a cultura, incluindo

estudos sobre letramentos e multiletramentos na formação docente; pesquisas sobre o ensino de língua materna, línguas adicionais e línguas de herança em contextos de diversidade; pesquisas sobre linguagem inclusiva; investigações sobre práticas discursivas e identidades docentes; análises de materiais didáticos, documentos curriculares e políticas de formação à luz das teorias da linguagem e da cultura; estudos sobre formação de professores em contextos rurais, indígenas, quilombolas e de fronteira; e reflexões sobre as implicações das culturas digitais para a constituição de novas práticas pedagógicas e novos perfis docentes.

O GT pretende ser um espaço de interlocução entre pesquisadores de diferentes regiões do país e de diferentes filiações disciplinares, na convicção de que a complexidade do tema exige perspectivas múltiplas e disposição para o debate crítico.

GT 2: Formação de professores e aprendizagem significativa: diálogos teórico-práticos e implicações para a ação pedagógica inclusiva

Coordenação/Colaboração: Dra. Hildegard Susana Jung (UNILASALLE); Dr. Elson Luciano Weber (UNILASALLE)

Ementa: A formação docente no contexto contemporâneo impõe o reconhecimento de transformações estruturais que atravessam o campo educacional. Nesse cenário, torna-se imprescindível considerar dimensões como a incorporação crítica das tecnologias digitais, o desenvolvimento de competências socioemocionais e, sobretudo, a compreensão aprofundada das relações entre práticas pedagógicas e processos de aprendizagem, especialmente no que diz respeito a uma educação inclusiva e equitativa. Tal conjuntura amplia os desafios educacionais e convoca a escola e a formação de professores (inicial e continuada) a responderem de forma ética, sensível e socialmente comprometida com uma educação de qualidade para todos e para todas.

Diante desse quadro, coloca-se a necessidade de problematizar de que forma as práticas pedagógicas e políticas educacionais podem superar modelos que já não atendem à educação contemporânea, orientando-se para a construção de uma educação acolhedora, inclusiva, criativa e socialmente transformadora. Trata-se de promover processos educativos que contribuam para a constituição de uma cultura fundamentada na justiça social, na equidade e na promoção da paz. Nesse sentido, a aprendizagem significativa, no contexto do século XXI, demanda a consideração de aspectos como a imprevisibilidade dos contextos, a centralidade da colaboração, o desenvolvimento do pensamento crítico e o uso intencional das tecnologias, articulados a uma perspectiva de sustentabilidade e de convivência ética entre os diferentes sujeitos e formas de vida.

Nessa direção, o referido Grupo de Trabalho tem como objetivo incentivar a submissão de produções acadêmicas que abordem, entre outras temáticas, as práticas pedagógicas no contexto contemporâneo; a colaboração como princípio

estruturante do trabalho docente; estratégias inovadoras e disruptivas de ensino e aprendizagem; práticas pedagógicas criativas e inovadoras; educação inclusiva; questões de diversidade e gênero na educação; perspectivas de currículo disruptivo; inovação, empreendedorismo e internacionalização no campo educacional; práticas interdisciplinares; o papel das políticas e programas de iniciação à docência, como o PIBID, na formação inicial; bem como os desafios que se colocam à formação docente, inicial e continuada, na contemporaneidade.

GT 3: Memória e cultura em espaços educativos
Coordenação/Colaboração: Dra. Lúcia Regina Lucas da Rosa (UNILASALLE); Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira (UNILASALLE)
Ementa: Este GT busca integrar reflexões sobre as relações entre cultura, escola e educação a partir do campo de estudos em memória social. Compreende-se a escola como espaço-tempo sociocultural, um ambiente de produção de conhecimento e de interação dialógica, tornando-se assim um espaço de construção de memória. Neste contexto, estão abarcadas pesquisas que investigam cultura e a construção de memórias sobre processos educativos, cotidiano dos sujeitos presentes no espaço escolar e formação de professores.
Dessa forma, o referido GT incentiva a inscrição de trabalhos que versem sobre temas como: práticas pedagógicas interculturais; construção de memórias como forma de desenvolvimento cognitivo, socioemocional e de múltiplas possibilidades; memória, escola e educação: perspectivas teórico-metodológicas; memória e cultura escolar; a escola como espaço de construção de memórias; narrativas autobiográficas e formação de professores: docência, memória e identidade; arquivos e núcleos de memória na escola; e afins.

EIXO 2: Educação Básica, Diversidade e Inclusão

GT 4: Gênero, Sexualidade, Inclusão e Currículo: tensões e possibilidades na Educação Básica
Coordenação/Colaboração: Dra. Glauce Stumpf (SME Sapucaia do Sul); Dr. Jacson Gross (UNILASALLE)
Ementa: O presente Grupo de Trabalho (GT) propõe reunir pesquisas e experiências que problematizem as relações entre o corpo e suas interseccionalidades e o currículo no contexto da Educação Básica considerando os desafios contemporâneos para a construção de uma escola democrática comprometida com a equidade e a justiça social. Ancorado no campo da educação inclusiva, dos direitos humanos e dos estudos de gênero, o GT busca promover um espaço de debate crítico acerca das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e dos processos formativos que atravessam a produção das

diferenças no ambiente escolar.

A proposta parte do reconhecimento de que, embora os marcos legais e normativos brasileiros avancem na defesa da inclusão, persistem dinâmicas de exclusão que se manifestam tanto nas práticas escolares quanto nos currículos oficiais. Nesse sentido, destacam-se as tensões produzidas por movimentos de silenciamento e apagamento de discussões sobre gênero e sexualidade em documentos orientadores, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que se refere aos Temas Contemporâneos Transversais. Tais processos impactam diretamente a atuação docente e a construção de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como elemento constitutivo da educação.

O GT pretende, portanto, acolher trabalhos que abordem: experiências inclusivas escolares e suas interfaces com gênero e sexualidade; análises críticas de políticas públicas e documentos curriculares que incidem sobre a abordagem da diversidade nas escolas; práticas pedagógicas inclusivas que enfrentem desigualdades; articulações entre educação, direitos humanos e formação docente voltadas à promoção de uma cultura escolar inclusiva.

Ao articular diferentes campos de investigação, o GT evidencia a necessidade de compreender a inclusão para além do acesso, considerando os modos como os corpos e sujeitos são reconhecidos, acolhidos e legitimados nos espaços educativos. Nesse sentido, assume-se uma perspectiva feminista crítica, que valoriza os múltiplos modos de ser e de estar no mundo e tensiona práticas e discursos que produzem exclusões.

A relevância da proposta justifica-se pela urgência de ampliar o debate acadêmico, especialmente em um cenário de disputas políticas e epistemológicas em torno da educação. Ao promover o diálogo entre pesquisadores e profissionais da Educação Básica e superior, o GT busca contribuir para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social, o respeito às diferenças e a garantia dos direitos educacionais de todos os sujeitos.

GT 5: Sobre o que se pode e se deve falar na educação: identidades, gêneros, sexualidades, questões étnico-raciais e deficiências

Coordenação/Colaboração: Dra. Sabrina Daiana Cúnico (FEEVALE); Dra. Eliane Cadoná (URI/FW)

Ementa: A presente proposta de Grupo de Trabalho (GT) objetiva tensionar debates contemporâneos da educação escolar e não escolar, defendendo que temáticas como gêneros, sexualidades, inclusão, questões étnico-raciais, de identidades e de classes sociais devem transversalizar os diversos campos de produção do conhecimento humano. Em uma perspectiva crítica, propõe o encontro de pesquisas que, inspiradas nas mais diversas abordagens teórico-metodológicas, unem-se junto ao exercício da promoção da cidadania, da construção de uma

escola e de uma educação posicionada e politizada, disposta a não dicotomizar as ciências das culturas, das vivências e dos saberes das pessoas e dos coletivos. A inclusão, aqui, é compreendida como um movimento não somente garantido pela legislação, mas enquanto exercício ético-estético-político da cidadania, da busca pela equidade e da (trans)formação por intermédio do reconhecimento de que nos fazemos/construímos em meio às diferenças.

GT 6: Aprender a Conviver e a Respeitar: A Inclusão e a Diversidade como Riqueza no Processo Educativo
Coordenação/Colaboração: Dra. Camila Aguilar Busatta (URI/FW); Dra. Liane Camatti (UFSM)
Ementa: A presente proposta vincula-se ao Eixo 2 por debater que a diversidade e a inclusão na educação básica são pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e empática e, neste sentido, a escola, como espaço formador, tem o papel de acolher as diferenças e promover o respeito entre os indivíduos, independentemente de suas origens, características físicas, culturais, sociais ou cognitivas. Promover a diversidade na educação significa reconhecer que cada estudante é único, com suas próprias vivências, habilidades e necessidades. Isso inclui considerar aspectos como raça, gênero, deficiência, orientação sexual, religião e condições socioeconômicas. Quando a escola valoriza essa pluralidade, ela contribui para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e preparados para conviver em um mundo diverso. Nesse sentido, em alinhamento com a proposta do eixo, busca-se, através deste GT, configurar um espaço de diálogo e compartilhamento de pesquisas que valorizem as diversidades presentes nos mais variados espaços educacionais. Tem como objetivo promover debates e socializar pesquisas e experiências sobre como esses processos de inclusão e diversidade estão sendo conduzidos nos ambientes escolares, principalmente os que estão relacionados a diversidade de gênero, étnico-racial, sexualidade, religião, classe social, condições socioeconômicas, necessidades educacionais específicas, entre outros aspectos.

GT 7: A pesquisa na escola: a Iniciação Científica na Educação Básica como elemento potencializador do processo educativo
Coordenação/Colaboração: Rita de Cássia de Oliveira Reis (UFG); Colaboradora: Izabella Peracini Bento (UFG)
Ementa: Este Grupo de Trabalho (GT) justifica-se pela importância da prática da iniciação à pesquisa científica na Educação Básica, como elemento potencializador do processo educativo, conforme o eixo temático 2 preconiza, e como promotora do protagonismo dos/as estudantes, tanto no processo de construção do conhecimento, quando no desenvolvimento do o senso crítico da juventude. O GT “A Pesquisa na Escola” tem como objetivo discutir e refletir sobre a importância da iniciação à pesquisa científica na Educação Básica, e como esta

vem sendo realizada nacional e internacionalmente. E ainda, discutir as bases teóricas relacionadas à iniciação científica na Educação Básica, bem como a aproximação construtiva entre os saberes produzidos na academia e os saberes produzidos na escola.

Diante disto, o Núcleo de Iniciação à Pesquisa Científica na Educação Básica (NICEB), do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE-UFG), convida professores/as que atuam na Educação Básica, nas diferentes áreas de conhecimento, a apresentarem suas experiências com a pesquisa na escola, e as principais estratégias de ensino e aprendizagem adotadas para incentivar a pesquisa na sala de aula. Portanto, este GT objetiva promover o intercâmbio de ideias entre professores, professoras, pesquisadores e pesquisadoras das diferentes redes de ensino, quanto à prática da pesquisa na escola, e a troca de experiências na organização de eventos científicos realizados na escola, como mostras e feiras de ciências, entre outros, com a participação da comunidade escolar de forma a fomentar a pesquisa e a divulgação científica do conhecimento produzido na escola, para a comunidade escolar e para toda a sociedade.

EIXO 3: Políticas Públicas e Gestão Escolar para a Inclusão

GT 8: Políticas públicas e gestão escolar para a inclusão: desafios e possibilidades na efetivação do direito à educação

Coordenação/Colaboração: Dra. Edite Maria Sudbrack (URI/FW); Doutoranda Rosilei Gugel Ficagna (URI/FW)

Ementa: Este Grupo de Trabalho (GT) propõe-se a problematizar as políticas públicas educacionais voltadas à inclusão, compreendendo-as como dispositivos atravessados por disputas, tensões e contradições no campo educacional. Em um contexto marcado pela ampliação de normativas que asseguram o direito à educação para todos, torna-se fundamental analisar em que medida tais políticas têm se efetivado na garantia de práticas inclusivas nas instituições escolares, especialmente frente às persistentes desigualdades de acesso, permanência e aprendizagem.

A relevância deste GT reside na necessidade de aprofundar o debate sobre a articulação entre políticas públicas, gestão educacional e práticas inclusivas, considerando perspectivas críticas que tensionam os discursos normativos e seus efeitos nos processos de escolarização. Assim, busca-se constituir um espaço de diálogo e produção de conhecimento que articule políticas públicas, práticas educativas e processos de subjetivação, contribuindo para a qualificação das ações inclusivas no contexto educacional brasileiro.

Nesse sentido, o objetivo geral do GT é analisar as políticas públicas de inclusão e o papel da gestão escolar na sua implementação, considerando os princípios de equidade, justiça social e direito à educação. Como objetivos específicos, propõe-

se problematizar a implementação das políticas de Educação Especial na perspectiva inclusiva; analisar os efeitos dessas políticas no cotidiano escolar e no trabalho docente; discutir a formação inicial e continuada de professores para a inclusão; investigar práticas pedagógicas inclusivas e suas interfaces com o currículo; refletir sobre o uso de tecnologias assistivas e estratégias de comunicação alternativa; examinar os processos de avaliação e seus impactos na inclusão escolar; debater a articulação entre políticas públicas e gestão educacional inclusiva; analisar o papel da gestão escolar na implementação das políticas inclusivas; investigar práticas de gestão que favorecem culturas escolares inclusivas; e compreender os desafios enfrentados por gestores na efetivação da inclusão.

O GT acolherá trabalhos que abordem a inclusão escolar a partir das políticas públicas educacionais, contemplando diferentes etapas e modalidades de ensino, com ênfase na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Serão priorizadas pesquisas que dialoguem com abordagens críticas, estudos empíricos e análises de políticas, especialmente no contexto brasileiro, contribuindo para o fortalecimento de práticas educacionais inclusivas e socialmente referenciadas.

GT 9: Políticas públicas de inovação social disruptiva: transformando e construindo uma gestão escolar inclusiva

Coordenação/Colaboração: Dra. Mariana Pinkoski de Souza (UNILASALLE)**;** Dra. Charlene Bitencourt Soster Luz (UNILASALLE)

Ementa: A proposta referente ao eixo possui relevância acadêmica pela necessidade de produções voltadas a dar espaço para discussões, diálogos, mas principalmente ações pertinentes e concretas em prol da inovação social disruptiva. Já a relevância social se justifica, pois é essencial uma gestão escolar que atue com equidade e principalmente que seja democrática em todas suas vertentes. A coletividade se torna potente quando unimos a relevância da inovação social através da pluralidade, com as políticas públicas. Diante do exposto, este GT é impulsionado para que as reflexões e concretizações resultem em ações e propostas que possam mobilizar e transformar o caminho da inclusão escolar e de políticas afirmativas.

Os objetivos são: Discutir novos estudos que contribuam para a possibilidade de uma gestão escolar inclusiva, através de inovações sociais disruptivas; Compreender propostas para políticas públicas que contemplem gestão democrática e com inovação social; Propor novas ações e comprovações em prol de uma gestão que atue a favor da pluralidade, equidade e inclusão. A delimitação da temática consiste em abordar as políticas públicas e práticas de inovação social para serem alicerces da gestão escolar inclusiva. Dessa forma, são bem-vindos trabalhos que abordem políticas públicas e gestão escolar para a inclusão, bem como inovação para a inclusão, diversidade, recursos e práticas para a gestão na

educação básica.

GT 10: Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica
Coordenação/Colaboração: Dra. Silvia Regina Canan (URI/FW); Dr. Cesar Riboli (URI/FW)
Ementa: A proposição do GT Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica, inserido no Eixo Temático Políticas Públicas e Gestão Escolar para a Inclusão, possui relevância no contexto da Educação Básica por abranger temáticas sempre atuais e necessárias ao debate educacional na perspectiva dos desafios e possibilidades permanentes de ampliar o debate em torno da democratização do acesso, das políticas públicas educacionais em todos os âmbitos que contribuam com a qualidade da educação, com a formação de professores, com a gestão democrática e com uma escola para todos e todas. O GT receberá propostas de trabalhos que tenham seus estudos voltados às políticas e processos vinculados à educação em diferentes configurações históricas. Nesta perspectiva acolherá investigações no âmbito das políticas e gestão, da formação de professores, da inclusão na/da educação básica com estudos sobre as relações entre Estado, sociedade e políticas educacionais em diferentes configurações temporais e regionais; as políticas e os processos educacionais considerando o contexto da globalização e do neoliberalismo hegemônicos, a educação como bem público, a transnacionalização das políticas educacionais, a relação público e privado, o sistema nacional de educação e os processos educacionais para além da escola. Ainda, abre espaço para pesquisas no campo dos fundamentos epistemo-metodológicos acerca das políticas educacionais, em contextos de democracias delegativas como o brasileiro e o latino-americano, considerando, igualmente, as tensões estabelecidas entre a busca pela eficiência e o compromisso com a justiça social, a vida, a sustentabilidade, a condição humana e as políticas públicas.

EIXO 4: Saberes de Povos e Comunidades Tradicionais e do Campo

GT 11: Educação do Campo e Interculturalidade: Saberes, Práticas e Formação Docente em Territórios Camponeses e Indígenas
Coordenação/Colaboração: Dra. Célia Beatriz Piatti (UFMS); Dr. Sergio Candido de Oscar (UFMS)
Ementa: A delimitação temática foca na análise das dinâmicas educativas em territórios camponeses e indígenas, centrando-se nas práticas pedagógicas e na formação docente sob a lente da interculturalidade crítica. A relevância deste GT dialoga com as pesquisas e a produção bibliográfica da coordenadora, Profa. Dra. Célia Beatriz Piatti, cujos estudos se dedicam à formação continuada de professores e gestores em escolas do campo no Mato Grosso do Sul, bem como com a pesquisa de pós-doutorado do colaborador Sergio Candido de Oscar, que

analisa as práticas e desafios em escolas rurais de Juiz de Fora (MG). Essa articulação contribui para que o GT compreenda a Educação do Campo como um espaço de resistência e produção de saberes, em consonância com o chamado do evento por uma escola inclusiva, que reconheça a diversidade cultural não como obstáculo, mas como fundamento pedagógico. Ao propor o diálogo entre o saber acadêmico e os conhecimentos ancestrais, o GT visa visibilizar currículos que dialoguem com a realidade local, rompendo com modelos homogeneizadores. No contexto internacional do congresso, que envolve diálogos com Moçambique, Angola, Portugal e Espanha, o GT ganha relevância ao permitir a comparação de desafios globais sobre a ruralidade e a formação docente em contextos de vulnerabilidade, promovendo uma educação básica comprometida com a justiça social e a pluralidade epistemológica. Os objetivos centrais do GT são: 1) Analisar e problematizar as práticas pedagógicas e desafios estruturais das escolas rurais e comunidades tradicionais na perspectiva intercultural; 2) Investigar processos de formação docente que preparem profissionais para atuar na diversidade do campo e territórios indígenas; 3) Fomentar o diálogo transnacional entre pesquisadores e educadores sobre saberes comunitários que atravessam os espaços escolares; e 4) Avaliar políticas públicas de inclusão escolar que contemplem especificidades territoriais e identitárias. Ao adotar o formato integralmente on-line, com realização das atividades por meio de plataformas digitais como o Google Meet, este GT visa ampliar a participação de pesquisadores, professores e estudantes de diferentes regiões, potencializando o intercâmbio acadêmico e a democratização do acesso ao debate. Dessa forma, busca-se fortalecer a relação entre universidade e comunidade, contribuindo para a construção coletiva de práticas inovadoras que garantam o direito a uma educação pública de qualidade, situada e verdadeiramente inclusiva para os povos do campo.

GT 12: Educação do Campo em Perspectiva Intercultural: Ecologia de Saberes e Práticas Emancipatórias

Coordenação/Colaboração: Dra. Luci Mary Duso Pacheco (URI/FW); Doutoranda Vanessa Dal Canton (URI/FW)

Ementa: A Educação do Campo, enquanto projeto político-pedagógico, afirma-se como uma alternativa aos modelos educacionais hegemônicos que historicamente desconsideraram os sujeitos, territórios e modos de vida das populações campesinas. Em diálogo com o tema do evento, a perspectiva intercultural amplia esse debate ao reconhecer a escola como espaço de encontro entre diferentes culturas, saberes e identidades, demandando práticas educativas comprometidas com a inclusão e a justiça social.

Nesse contexto, a ecologia de saberes constitui-se como fundamento teórico relevante, ao propor a superação da hierarquização entre conhecimentos e valorizar o diálogo entre saberes científicos, populares e tradicionais. Tal abordagem potencializa práticas pedagógicas emancipatórias, que reconhecem

os sujeitos do campo como protagonistas na construção do conhecimento e na transformação de suas realidades. Vinculado ao Eixo 4. Saberes de Povos e Comunidades Tradicionais e do Campo, este GT busca problematizar as políticas públicas, práticas pedagógicas e experiências formativas que atravessam a Educação do Campo, destacando seus avanços, desafios e possibilidades. Sua relevância reside na promoção de um espaço de interlocução que fortaleça propostas educativas contextualizadas, interculturais e comprometidas com a emancipação dos sujeitos e com o reconhecimento da diversidade sociocultural.
Delimita-se a acolher trabalhos teóricos, empíricos e relatos de experiência que abordem: Educação do Campo em perspectiva intercultural; Ecologia de saberes e práticas pedagógicas em contextos campesinos; Saberes tradicionais, culturas do campo e construção curricular; Políticas públicas e seus desdobramentos na Educação do Campo; Experiências educativas contextualizadas e práticas pedagógicas transformadoras; Relações entre escola, comunidade e território; Formação de professores para atuação em contextos do campo.

EIXO 5: Currículo, Interculturalidade e Justiça Social

GT 13: Educação em Contextos de Privação de Liberdade: Direitos Humanos, EJA e Justiça Social

Coordenação: Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer (URI/FW)
Ementa: O Grupo de Trabalho ora proposto justifica-se pela urgência de ampliar o debate acadêmico acerca da educação destinada a pessoas privadas de liberdade, compreendendo-a como direito humano fundamental e condição indispensável à promoção da justiça social no âmbito educacional. Embora garantida em dispositivos legais, a efetivação do direito à educação no contexto prisional brasileiro permanece limitada, frequentemente subordinada à lógica punitiva e às fragilidades estruturais das políticas públicas, como evidenciam estudos recentes. Tal cenário revela a necessidade de problematizar as contradições entre norma e prática, contribuindo para a construção de alternativas que fortaleçam a educação como instrumento de emancipação e reintegração social. Nesse sentido, o GT busca promover reflexões críticas sobre o papel do Estado, das políticas públicas educacionais e das práticas pedagógicas na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
Além disso, o GT abre espaço para interlocuções com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando que grande parte da população prisional possui trajetórias escolares interrompidas ou marcadas pela exclusão educacional. A educação prisional, nesse contexto, dialoga diretamente com os princípios da EJA, especialmente no que se refere à valorização das experiências de vida dos sujeitos, à garantia do direito à aprendizagem ao longo da vida e à construção de práticas pedagógicas contextualizadas e emancipadoras. Assim, o GT acolhe trabalhos que

abordem tanto a educação no cárcere quanto experiências e políticas relacionadas à EJA em contextos de vulnerabilidade social.

Quanto à delimitação temática, o GT concentra-se na análise das políticas públicas, práticas educativas e experiências formativas voltadas à população privada de liberdade, bem como suas interfaces com a EJA, considerando especialmente o contexto brasileiro. Serão privilegiadas abordagens críticas que examinem as tensões entre o direito à educação e sua efetivação, as articulações entre sistemas de justiça e educação, e os impactos dessas políticas na reinserção social e na redução das desigualdades. Dessa forma, o GT pretende constituir-se como espaço qualificado de diálogo, reflexão e produção de conhecimento comprometido com a justiça social.

GT 14: A Educação Matemática Crítica e a (in)justiça social

Coordenação/Colaboração: Dra. Lucí dos Santos Bernardi (URI/FW); Doutorando Luis Mauro Costa Nunes (URI/FW)

Ementa: A Educação Matemática Crítica expressa preocupações (desafios) sobre Educação Matemática, educação e sociedade, que têm a ver com: Diversidade na sociedade; (Falta de) equidade; (Falta de) justiça social; (Falta de) autonomia de estudantes; (Falta de) autonomia de professores; Função socioeconômica da Educação Matemática; e Função socioeconômica da matemática. Esses elementos destacam como a matemática escolar pode perpetuar desigualdades (ou manter o status quo), demandando uma abordagem crítica que interrogue suas implicações sociais e culturais. O Grupo de Trabalho proposto tem como foco mobilizar o debate no campo da Educação Matemática Crítica, adotando a perspectiva da Interculturalidade. Seu eixo central reside na análise dos papéis da matemática na sociedade, problematizando os modos de seleção e organização de conteúdos escolares, questionando práticas curriculares excludentes e propondo alternativas que fortaleçam a justiça social e a equidade. Por meio da lente intercultural, o GT busca promover uma educação matemática que valorize a pluralidade cultural, incentivando práticas inclusivas e transformadoras, promotoras de autonomia crítica dos cidadãos diante de informações, de variáveis e correlações que permeiam os seus cotidianos. Nesta perspectiva, uma educação que promova um olhar significativo para a matemática, superando o mito de que a matemática é para poucos, defendendo que a mesma é um patrimônio humano acessível a todos, independentemente da classe social, religião, etnia, cultura etc. Assim, o GT acolhe contribuições que explorem o diálogo entre Matemática e conceitos como democracia, justiça social, antirracismo, ideologia da certeza, relações de poder, inclusão, *foreground* dos estudantes, matemacia, cenários para investigação e etnomatemática, em prol de uma educação que reconheça a pluralidade cultural e mobilize os sujeitos - estudantes, professores e comunidades – a adotarem uma posição crítica no mundo, fomentando autonomia

e justiça social.

EIXO 6: Tecnologias Digitais, Inclusão e Interculturalidade

GT 15: Modelagem matemática e tecnologias digitais na educação de jovens e adultos: práticas, mediações e desafios contemporâneos
Coordenação/Colaboração: Dr. Amilton Alves de Souza (UNEB); Mestre Alexandro Santos Máximo (UNEB)
Ementa: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como um campo educativo marcado por trajetórias escolares interrompidas, diversidade de experiências e demandas específicas de aprendizagem, exigindo práticas pedagógicas sensíveis aos contextos de vida dos sujeitos. Nesse cenário, o ensino da Matemática, especialmente da geometria, ainda enfrenta desafios relacionados à abstração dos conceitos, à dificuldade de visualização espacial e à predominância de abordagens descontextualizadas. Diante dessas problemáticas, a modelagem matemática apresenta-se como uma abordagem que favorece a problematização de situações do cotidiano, promovendo a construção ativa do conhecimento e a articulação entre teoria e prática. Paralelamente, as tecnologias digitais, com destaque para a realidade aumentada, ampliam as possibilidades de visualização, interação e experimentação de conceitos matemáticos, contribuindo para aprendizagens mais significativas. A articulação entre modelagem matemática e tecnologias digitais demanda a construção de práticas pedagógicas intencionais, que considerem a inclusão, a diversidade e os contextos socioculturais dos estudantes da EJA, em diálogo com a perspectiva intercultural proposta pelo evento.
Este Grupo de Trabalho tem como objetivo reunir pesquisas e experiências que discutam a integração entre modelagem matemática e tecnologias digitais no ensino, com ênfase na EJA, considerando seus impactos na aprendizagem, na formação docente e na organização das práticas pedagógicas. Busca-se promover o diálogo entre pesquisadores e professores, socializando experiências, analisando limites e potencialidades e fortalecendo práticas educativas mais significativas e inclusivas. Serão acolhidos trabalhos que abordem: ensino de Matemática na EJA; tecnologias digitais e realidade aumentada; modelagem matemática; formação docente; e práticas pedagógicas inovadoras em contextos diversos. O GT configura-se como espaço de reflexão crítica, produção de conhecimento e fortalecimento de práticas comprometidas com a inclusão e a interculturalidade.

GT 16: Práticas Pedagógicas com IA Generativa: inovação, acessibilidade e personalização da aprendizagem

Coordenação/Colaboração: Dra. Janaina Cardoso de Mello (UFS); Doutorando Rafael Santa Rosa Cerqueira (UFS)

Ementa: Este Grupo de Trabalho tem como objetivo reunir pesquisas e relatos de experiência sobre o uso da inteligência artificial generativa no campo educacional, com ênfase nas práticas pedagógicas, na acessibilidade e na personalização da aprendizagem. A proposta parte do reconhecimento de que a presença crescente dessas tecnologias tem provocado mudanças importantes no planejamento docente, na produção de materiais didáticos, nos processos de avaliação e nas formas de mediação do conhecimento pelo docente.

A relevância do GT reside na criação de um espaço de debate qualificado, plural e academicamente consistente, voltado a pesquisadores, professores e demais profissionais da educação interessados em compreender, de forma crítica, criativa e responsável, como a IA generativa pode contribuir para o ensino em diferentes contextos formativos. Ao mesmo tempo, o GT pretende discutir os limites e desafios dessas tecnologias, especialmente no que se refere à autoria, à mediação pedagógica, à inclusão e à qualidade da aprendizagem, almejando boas práticas no uso da IAG.

O GT busca discutir o uso da IA generativa em práticas de ensino, aprendizagem e avaliação; socializar experiências pedagógicas desenvolvidas em diferentes níveis e modalidades de ensino; investigar a problemática dos vieses e das alucinações; refletir sobre o papel dessas ferramentas na promoção da acessibilidade e da inclusão; debater possibilidades de personalização da aprendizagem com apoio de tecnologias digitais; e incentivar o intercâmbio de pesquisas e práticas entre instituições, regiões e sujeitos diversos.

Quanto à delimitação temática, o GT acolherá trabalhos sobre elaboração e adaptação de materiais didáticos com IA generativa, uso da IA no planejamento pedagógico, práticas avaliativas mediadas por inteligência artificial, formação docente para o uso crítico e responsável dessas ferramentas, acessibilidade educacional e personalização da aprendizagem, bem como reflexões sobre seus limites éticos e pedagógicos no contexto escolar e acadêmico.

GT 17: Educação, Algoritmos e Direitos na Contemporaneidade

Coordenação: Adilson Cristiano Habowski (URI/FW); Marlene Belotriz Pertuzzatti Stefanello (URI/FW)

Ementa: O Grupo de Trabalho (GT) Educação, Algoritmos e Direitos na Contemporaneidade tem como objetivo promover debates e socializar pesquisas que problematizem as relações entre educação, tecnologias digitais, algoritmos e inteligência artificial, considerando seus impactos nos processos educativos, culturais e sociais. Acolhe estudos que abordem temas como cidadania digital, direitos humanos, ética, privacidade e proteção de dados, inclusão e exclusão

digital, justiça algorítmica, vigilância, plataformas digitais, desigualdades sociotecnológicas, cultura digital, formação docente e práticas pedagógicas mediadas por tecnologias. Também contempla investigações sobre os desafios e as possibilidades da educação diante das transformações produzidas pela datificação da vida social, pelas lógicas algorítmicas e pelos novos regimes de produção, circulação e controle da informação, contribuindo para a construção de perspectivas críticas, democráticas e socialmente comprometidas.

GT 18: Tecnologias digitais e práticas pedagógicas pautadas na interculturalidade

Coordenação/Colaboração: Dra. Ana Paula Teixeira Porto (URI/FW); Dra. Jacinta Lúcia Rizzi Marcom (IFSC)

Ementa: As conexões entre tecnologias digitais e práticas pedagógicas interculturais indicam novas demandas para repensar os espaços formativos da educação básica ao ensino superior. O advento de tecnologias digitais transformou não apenas hábitos e culturas, como também formas de aprender, ensinar, ler, produzir textos, exigindo professores com habilidade para mediar processos de leitura em múltiplas linguagens e suportes, como hipertextos, vídeos, infográficos, podcasts e redes sociais. Nesse sentido, o letramento digital e o letramento intercultural devem ser pensados de forma articulada para que as práticas pedagógicas possam ser inovadoras, significativas para aprendizagem e formação discente e associadas aos desafios que a vida contemporânea e as políticas educacionais demandam. Sob esse olhar, parte-se do princípio de que as tecnologias digitais ampliam o espaço simbólico e comunicativo de formação de estudantes ao permitirem acesso a múltiplas vozes, suportes, linguagens e instrumentos de comunicação, interação e produção de conhecimentos. Elas potencializam práticas de autoria, colaboração e circulação cultural, podendo otimizar percursos formativos.

Além disso, práticas pedagógicas mediadas por tecnologia podem diversificar recursos de leitura e produção (multimodalidade), criar ambientes colaborativos que favoreçam trocas interculturais e implementar metodologias que promovam reflexão crítica sobre culturas e representações, o que se associa à reflexão proposta neste GT. Também se considera que a interculturalidade, por valorizar e promover o diálogo entre culturas diferentes, entendendo a cultura como dinâmica, relacional e social, é um elemento importante para se estabelecer nexos entre tecnologias digitais e práticas pedagógicas em distintos contextos.

Com foco nesses três eixos de reflexão neste simpósio, interessam trabalhos relacionados a estudos críticos sobre um destes enfoques: 1. Paradigmas conceituais acerca da interculturalidade na educação; 2. Práticas educativas voltadas à exploração de tecnologias digitais e da interculturalidade; 3. Formação docente e interculturalidade; 4. Desafios a práticas interculturais de ensino e aprendizagem; 5. Políticas educacionais para leitura e formação docente voltadas

a letramento digital e letramento intercultural.

GT 19: Para além da A4: infâncias, experiências e culturas digitais na educação infantil
Coordenação/Colaboração: Dr. Altino José Martins Filho (UDESC); Doutoranda Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida (URI/FW)
Ementa: Este Grupo de Trabalho propõe um espaço de diálogo e reflexão sobre a Educação Infantil a partir de uma perspectiva que valoriza a experiência, o cotidiano e as múltiplas linguagens das crianças, compreendidas como sujeitos históricos, sociais e potentes. O GT problematiza práticas pedagógicas que reduzem a infância a registros padronizados, propondo deslocamentos que reconheçam a centralidade do brincar, do corpo, das interações e das vivências no fazer pedagógico. No contexto da cultura digital, o GT também se propõe a discutir como as tecnologias podem ser integradas às práticas educativas sem perder de vista a experiência da infância, evitando abordagens tecnicistas e instrumentais. Nesse sentido, articula-se com a perspectiva da Pedagogia da Conexão, compreendendo a docência como um fazer sensível, relacional e ético. Alinhado à proposta do XIV SINCOL, o GT busca promover um olhar intercultural sobre as infâncias, reconhecendo a diversidade de contextos, culturas e modos de viver e aprender, e valorizando a escuta docente como elemento central na construção de práticas pedagógicas significativas. Objetivo Geral: Promover reflexões sobre as práticas pedagógicas na Educação Infantil, valorizando a experiência, o cotidiano e as culturas da infância, em diálogo com as tecnologias digitais e a formação docente. Objetivos Específicos: Problematizar práticas pedagógicas padronizadas na Educação Infantil; Discutir a criança como sujeito histórico, social e produtor de cultura; Refletir sobre o cotidiano como espaço de produção de aprendizagens; Analisar o uso das tecnologias digitais à luz da experiência infantil; Promover o diálogo entre formação docente, práticas pedagógicas e culturas da infância; Valorizar perspectivas interculturais na Educação Básica.

GT 20: Tecnologias Digitais e Inovação Acadêmica
Coordenação/Colaboração: Dra. Elisabete Cerutti (URI/FW); Doutorando Alexandre da Silva (URI/FW)
Ementa: Trata-se de um Grupo de Trabalho (GT) que se propõe a discutir as transformações contemporâneas nos processos de ensino e aprendizagem a partir da presença crescente das tecnologias digitais. O GT parte do entendimento de que vivemos em uma era marcada pela ampla circulação de informações e pela inserção das tecnologias em diferentes esferas da vida social, o que torna sua utilização no campo educacional não apenas relevante, mas necessária.
Nesse contexto, o GT aborda como as tecnologias digitais, quando utilizadas de forma qualificada, podem potencializar os processos educativos, tornando-os mais interativos, dinâmicos e significativos tanto para docentes quanto para

discentes. Também problematiza percepções recorrentes que associam o uso dessas tecnologias a recursos complexos ou de difícil acesso, destacando que sua integração pode ocorrer de maneira acessível e pedagógica, contribuindo para o engajamento dos estudantes, a redução de bloqueios na aprendizagem e o desenvolvimento de competências.

Além disso, o Grupo de Trabalho articula essa discussão ao conceito de inovação acadêmica, compreendido como um movimento que vai além da simples incorporação de ferramentas tecnológicas, implicando a revisão crítica das concepções de ensino, aprendizagem e avaliação. Propõe, assim, refletir sobre como práticas pedagógicas, recursos digitais e processos institucionais podem ser integrados de forma transformadora, favorecendo a construção de saberes colaborativos, flexíveis e socialmente relevantes.

Por fim, o GT enfatiza que as pesquisas nesse campo contribuem para compreender como a cultura digital, as metodologias ativas e os ambientes virtuais de aprendizagem reconfiguram as relações entre docentes, discentes e conhecimento, impulsionando a construção de cenários educacionais mais críticos, criativos, inclusivos e comprometidos com a qualidade e a equidade na educação.

GT 21: Tecnologias Digitais, Inclusão e Interculturalidade na Formação Docente

Coordenação/Colaboração: Dra. Ana Patrícia Henzel Richter (SEDUC/RS); Dra. Larissa Bortoluzzi Rigo (URI/FW)

Ementa: Refletir sobre a formação docente implica reconhecer o cenário atual, marcado pelas tecnologias digitais. No contexto do ensinar e do aprender, torna-se necessário pensar criticamente de que forma essas tecnologias podem ser incorporadas ao espaço educacional, que também é atravessado pela diversidade cultural, de modo ético e inclusivo.

Mais do que a adoção de ferramentas, como a Inteligência Artificial (IA), trata-se de compreender as possibilidades pedagógicas que emergem da articulação entre tecnologias digitais e metodologias ativas. Essas metodologias são centrais no cenário educacional contemporâneo, pois tensionam a lógica tradicional de ensino ao deslocar o estudante da posição de receptor passivo para a de protagonista na construção do próprio conhecimento.

Entre os principais aspectos que tornam esse debate indispensável, destacam-se: o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo, a maior retenção e aprofundamento da aprendizagem, a possibilidade de personalização e inclusão, o alinhamento com as demandas da era digital e o estímulo às chamadas *soft skills*, como colaboração, comunicação e resiliência. Assim, discutir metodologias ativas não se resume ao uso de tecnologias em sala de aula, mas implica compreender o processo educativo como social, interativo e profundamente humano.

No que se refere à Inteligência Artificial (IA), sua discussão na educação já não se

configura como uma projeção futura, mas como uma demanda do presente. Isso porque a IA não apenas transforma as formas de ensinar, mas também redefine o próprio significado de aprender em uma sociedade digital.

Alguns pilares evidenciam a relevância desse debate, tais como: a personalização do ensino em larga escala, a redefinição do papel docente, a necessidade de letramento crítico e ético, a ampliação das possibilidades de inclusão e acessibilidade e a preparação para as novas configurações do mundo do trabalho. Nesse sentido, discutir a IA na educação é, também, refletir sobre a preservação e o fortalecimento de dimensões essencialmente humanas, como a criatividade, a empatia e a capacidade de problematizar.

Dessa forma, a articulação entre tecnologias digitais, metodologias ativas e inteligência artificial convida a repensar práticas pedagógicas para além de um uso instrumental, orientando-se pela valorização da diversidade, pela ampliação do acesso e pela construção de uma educação mais crítica, inclusiva e sensível às múltiplas realidades culturais.

EIXO 7: Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado

GT 22: Educação Especial e Inclusão

Coordenação/Colaboração: Dra. Tania Mara Zancanaro Pieczkowski (UNOCHAPECÓ) e Ms Joana Maria de Moraes Costa

Ementa: Este GT visa profundar o debate sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, contemplando as políticas de educação especial e inclusão, os processos de in/exclusão, a formação de professores para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e práticas com os sujeitos da educação especial: pessoas com deficiência, com altas habilidades/superdotação e com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este GT direciona o seu olhar para as práticas pedagógicas, a acessibilidade nas suas diferentes dimensões, os recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados, bem como a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Os debates visam tensionar olhares estigmatizantes acerca de pessoas com deficiência, como a naturalização da não aprendizagem, o que já justificou a exclusão escolar. Nesse sentido, as políticas de inclusão produziram avanços consideráveis nas concepções de deficiência/diferença e nas práticas educacionais e a sua apropriação contribui para a concretização do direito de educação para todos, com equidade, rompendo com práticas normatizadoras, normalizadoras, estigmatizantes e capacitistas, avançando para o reconhecimento da diferença como uma forma de ser e estar no mundo.

EIXO 8: Línguas, Culturas e Educação Bilíngue/Multilíngue

GT 23: A interface entre o português e o espanhol: aspectos relacionados ao ensino, à identidade e à divulgação linguística e cultural

Coordenação/Colaboração: Dra. Jael Correa (Universidad de Granada); Dra. Egisvanda Isys de Almeida Sandes (Universidad de Jaén)

Ementa: A proposta "A interface entre o português e o espanhol: aspectos relacionados ao ensino, à identidade e à divulgação linguística e cultural" busca reunir trabalhos que abordam, sob diferentes perspectivas, os processos de ensino, aprendizagem, certificação, acolhimento e circulação das línguas portuguesa e espanhola em contextos multilíngues contemporâneos. O Grupo de Trabalho abre-se ao recebimento de pesquisas que dialoguem com essas temáticas, bem como de outras que se aproximem do escopo proposto, acolhendo contribuições que ampliem e tensionem os debates em torno da interface português–espanhol em contextos educacionais, sociais e culturais diversos.

Os trabalhos que compõem e poderão compor o GT convergem na análise de práticas linguísticas e educativas que emergem em espaços de contato luso-hispânico, caracterizados por mobilidade humana, políticas linguísticas, subjetividades migrantes e desafios pedagógicos. A proposta articula dimensões socioculturais, identitárias e políticas que atravessam tanto o ensino de línguas próximas quanto a formação docente e a integração de migrantes.

A proposta também contempla investigações sobre o ensino de línguas próximas, incluindo estudos sobre interferências linguísticas, como os falsos cognatos, fundamentais para a compreensão dos desafios específicos da interface português–espanhol e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes em contextos bilíngues. Além disso, o GT acolhe trabalhos voltados ao acolhimento linguístico e à integração social, analisando o papel do ensino de línguas como ferramenta de inclusão de migrantes e refugiados, reforçando a relevância da educação linguística para a promoção da justiça social e da interculturalidade.

Também são bem-vindas pesquisas que abordem práticas educativas inclusivas, diversidade e formação docente, ampliando o debate sobre educação intercultural em contextos multilíngues. Assim, a proposta delimita-se ao estudo de processos bilíngues e multilíngues reais, envolvendo ensino, aprendizagem, políticas linguísticas, formação docente e práticas de acolhimento. A relevância do GT reside em oferecer uma visão integrada da circulação das línguas portuguesa e espanhola, contribuindo para debates sobre educação bilíngue, integração linguística, subjetividade, certificação e justiça social em contextos de mobilidade.

GT 24: Pluralidade linguística, culturas e educação bilíngue/multilíngue em perspectiva intercultural

Coordenação/Colaboração: Dra. Tânia Micheline Miorando (UFSM); Doutoranda

Tatiane de Souza Gil (URI/FW)

Ementa: A presente proposta pretende constituir-se como espaço de diálogo e socialização de pesquisas voltadas à valorização das diferenças linguísticas e culturais nos contextos educacionais. Sua relevância reside na necessidade de ampliar reflexões sobre a escola como espaço de convivência entre diferentes línguas, saberes e repertórios culturais, reconhecendo que essa diversidade não constitui obstáculo ao processo educativo, mas dimensão fundamental para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, democráticas e culturalmente sensíveis. Nesse sentido, a proposta favorece interlocuções entre diferentes campos de pesquisa e experiências formativas, contribuindo para fortalecer debates acadêmicos comprometidos com o reconhecimento da diferença, a promoção da equidade e a defesa de uma escola aberta à pluralidade.

Tem como objetivo promover debates e socializar pesquisas e experiências sobre línguas, culturas e educação bilíngue/multilíngue, com ênfase na valorização da pluralidade linguística e na construção de práticas educativas interculturais. Quanto à delimitação temática, acolherá trabalhos voltados à educação bilíngue, incluindo Libras e Português; à preservação de línguas indígenas; às experiências multilíngues em contextos migratórios; ao ensino de línguas estrangeiras sob perspectiva intercultural; às práticas de Português como Língua de Acolhimento (PLAc); ao conceito de Língua de Herança; às políticas linguísticas e curriculares; à formação docente; e aos processos de internacionalização da educação, cooperação acadêmica e trocas interculturais entre instituições.

GT 25: Linguagem como construção de pertencimento: identidades em contextos interculturais

Coordenação/Colaboração: Dra. Laísa Veroneze Bisol (URI/FW); Mestre Wilton Dourado Teixeira (Faculdade Unintese)

Ementa: O presente Grupo de Trabalho (GT) propõe uma reflexão aprofundada sobre a linguagem entendida como prática social e política, elemento central na construção de pertencimento em contextos marcados pela pluralidade. A relevância desta proposta reside na compreensão de que o pertencimento não é um dado preconcebido/intuitivo, mas um processo continuamente produzido e atualizado nas interações discursivas. Seja no ambiente escolar, acadêmico ou em outros espaços de convívio social, tais interações podem atuar como mecanismos de acolhimento ou de exclusão. Portanto, o GT busca investigar como diferentes manifestações da linguagem operam na mediação entre o sujeito e o coletivo, especialmente em cenários de diversidade.

Para garantir a abrangência e a interdisciplinaridade desejadas, o GT delimita sua temática em duas frentes de discussão que se interconectam: Linguagem e diversidade cultural: Contempla estudos sobre variedades linguísticas, repertórios plurilíngues e a Língua Brasileira de Sinais (Libras). A Libras é aqui pautada como expressão legítima da diversidade humana e direito linguístico, fundamental para

a constituição identitária da comunidade surda, dialogando com o conceito de educação bilíngue em sua essência.

Literatura e práticas de representação: Entende a literatura como uma ferramenta de construção de mundo e de si. Esta frente acolhe trabalhos que discutem como a leitura e a escrita literária fomentam o pertencimento, com especial abertura para perspectivas historicamente sub-representadas, como a literatura negra, indígena, periférica e de autoria feminina. A literatura é vista, portanto, como uma "outra língua" que permite a inscrição do sujeito na cultura e na história.

O objetivo central é, portanto, promover um diálogo entre pesquisadores que investigam como múltiplas linguagens – verbais, visuais, gestuais e literárias –, contribuem para uma prática educativa verdadeiramente intercultural. Ao aproximar a Libras das discussões sobre literatura e identidades étnico-raciais, o GT justifica-se pela necessidade de romper com visões fragmentadas do ensino de línguas, propondo um olhar holístico em que o foco recai sobre o sujeito que, ao comunicar o mundo, busca nele o seu lugar.

EIXO 9: Relações Étnico-Raciais, Identidades, Migrantes, Refugiados e Educação Antirracista

GT 26: Migraciones, diáspora, refugio y exilio: re-existencias, saberes situados y justicia epistémica desde perspectivas críticas, decoloniales

Coordenação: Dra. Jara Romero Luque (Universidad de Granada)

Ementa: Las migraciones, la diáspora y el exilio se desarrollan en contextos atravesados por desigualdades históricas, colonialidad del poder y estructuras sociales que configuran la exclusión y la marginalidad. Este GT se fundamenta en perspectivas feministas, antirracistas, decoloniales e interseccionales, que articulan un enfoque no extractivista, el cual reconoce la importancia de los saberes situados y promueve la justicia epistémica, reconociendo los conocimientos de las comunidades y personas migrantes como válidos y transformadores.

Trabajos como los de Sara Ahmed (2000, 2012), Lila Abu-Lughod (2002), Angela Davis (1981, 2016), Bell hooks (1984, 2000) o Patricia Hill Collins (2000) nos permiten analizar cómo las prácticas institucionales reproducen fronteras de inclusión y exclusión, el cuestionamiento de las narrativas hegemónicas, la intersección entre raza, género y clase y la visibilización de los saberes subalternos. Desde una perspectiva decolonial en línea con Ochy Curiel (2007, 2013), María Lugones (2008), Yuderkys Espinosa Miñoso (2014), Linda Tuhiwai Smith (1999), problematizando el eurocentrismo, la colonialidad del poder (Quijano, 1993) y apropiación académica de saberes, promoviendo prácticas éticas y de co-creación de conocimiento con las comunidades.

El GT propone un espacio de diálogo interdisciplinar e intersaberes, que articule

teorías y prácticas artivistas, experiencias situadas, etc. Visibilizando dinámicas de exclusión, resistencia y reconstrucción comunitaria, entre la Academia y la calle. Se enfatiza la cocreación de conocimiento como práctica política y artivista, donde las personas migrantes y refugiadas son agentes epistémicos y participantes activos en la producción de saberes y conocimiento. Su relevancia radica en generar conocimiento crítico comprometido con la justicia social y en orientar políticas públicas y prácticas educativas inclusivas, antirracistas y feministas, fortaleciendo la colaboración mutua y redes entre académicos/as, comunidades y ciudadanía.

GT 27: Educação, ações afirmativas, relações étnico-raciais, migrações/refúgios e questões indígenas nas Amazônias
Coordenação/Colaboração: Dr. Marcos André Ferreira Estácio (UEA); Dra. Milena Fernandes Barroso (UFS)
Ementa: A presente proposta de Grupo de Trabalho (GT) tem a intenção de ampliar os espaços de discussão e estudos teóricos e empíricos voltados a temas que tenham uma relação entre a Educação, as Ações Afirmativas, as Relações Étnico-Raciais, as Migrações/Refúgios e as Questões Indígenas nas Amazônias. Nesse sentido, priorizamos no presente Grupo de Trabalho, reflexões interdisciplinares que abordem temáticas como ações afirmativas - acessos e permanências na Educação Básica e no Ensino Superior -, histórias de processos comunicacionais e educacionais - inclusive não formais -, interculturalidade crítica, teoria crítica, decolonialidade - do saber, do poder, do ser... -, contracolnialidade, movimento sociais, relações étnico-raciais, movimentos e questões indígenas, direitos humanos, migrações e refúgios, bem como experiências de lutas e resistências dos povos originários nas Amazônias. Os trabalhos apresentados poderão ser resultantes de pesquisas (concluídas ou em andamento), relatos de experiências ou propostas de ensino e projetos de extensão. Compreendemos que a educação, as ações afirmativas, as relações étnico-raciais, as migrações/refúgios, os direitos humanos e as questões indígenas nas Amazônias, estão permeadas por tentativas de negação, aniquilação, embranquecimento, apagamento... que insistem na invisibilização dos muitos percursos educacionais vivenciados na região Amazônica. Nesse sentido, os estudos/pesquisas educacionais, as ações afirmativas, as relações étnico-raciais, as migrações/refúgios, os direitos humanos e as questões indígenas na região Amazônica, podem incentivar e encorajar a feitura de trabalhos que construam e rearticulem os contextos sociais marcados pelas colonialidades, sobretudo envolvendo os povos indígenas, pessoas migrantes/refugiadas, os movimentos sociais e os processos histórico-educacionais radicados no território - que também é um importante espaço geopolítico nacional - conhecido como Amazônia(s).

GT 28: Migrações contemporâneas: desafios sociais, educacionais e políticos

Coordenação/Colaboração: Dr. Adilson Cristiano Habowski (URI/FW); Doutoranda Milena Ribeiro Lopes (UNILASALLE)

Ementa: Os fluxos migratórios em escala global têm se intensificado e, paralelamente com essa realidade, cresce também a complexidade dos desafios políticos, educacionais e sociais. Nesse sentido, o grupo de trabalho tem por objetivo reunir pesquisas e trabalhos que proporcionem análises e reflexões acerca das imigrações contemporâneas e seus desafios nos diferentes contextos. A relevância deste Grupo de Trabalho baseia-se na necessidade de promover análises críticas e interculturais que pensem as migrações para além de um processo em nível global. É preciso o reconhecimento das imigrações como fenômeno atravessado por relações de poder, processos de racialização e dinâmicas de exclusão e resistência. Nesse sentido, a proposta vincula-se ao eixo temático ao articular os desafios sociais, educacionais e políticos que emergem das experiências migratórias, contribuindo para o aprofundamento de debates comprometidos com a justiça social e os direitos humanos. Busca-se trabalhos e pesquisas que, pensando no cenário contemporâneo das imigrações, possam contribuir para discussões de processos de acolhimento, exclusão/inclusão, organizações institucionais, políticas migratórias e questões relacionadas à educação. Também busca-se incentivar reflexões de raça, classe, gênero e nacionalidade, possibilitando debates interseccionais.

Como objetivos específicos, busca-se: analisar as migrações contemporâneas a partir de perspectivas críticas, considerando marcadores sociais como raça, classe, gênero e nacionalidade; discutir os impactos dos processos migratórios nas políticas públicas, especialmente nas áreas da educação, assistência social e direitos humanos; refletir sobre práticas pedagógicas e experiências escolares envolvendo estudantes migrantes, com foco na inclusão, no reconhecimento da diversidade e na justiça social; problematizar discursos e práticas institucionais que produzem exclusão, invisibilização das pessoas migrantes e socializar pesquisas, relatos de experiência e produções acadêmicas que contribuam para a ampliação do campo de estudos sobre migrações. Nesse sentido, o GT busca criar um espaço de trocas de conhecimentos e análises entre pesquisadores/as, estudantes, profissionais da educação e demais interessados na presente temática, com a intenção de fomentar a troca de experiências que sejam comprometidas com o campo das migrações.

EIXO 10: Pesquisa, Extensão e Inovação em Educação Intercultural

GT 29: Sob a tutela (e a violação) do Estado: educação em direitos humanos e cárcere

Coordenação/Colaboração: Dra. Cilene Margarete Pereira (UNIFAL); Dra. Aline Lourenço de Oliveira (UNIFAL)

Ementa: A Educação em Direitos Humanos propõe a difusão de informações relativas aos direitos humanos para capacitar as pessoas para o pleno exercício de sua dignidade e cidadania (ONU, 2006). O Plano de Educação em Direitos Humanos, publicado em 2018, observa que ainda é um grande desafio a abordagem de temas relativos aos direitos fundamentais em nosso país, caracterizado, em nossa herança colonial e formação político-social, por violências diversas (colonização, escravidão, genocídios, ditaduras, etc.) (Chaui, 2001) que refletem em ocorrências permanentes de violações de direitos, especialmente de determinados grupos sociais historicamente invisibilizados e subalternizados. Magendzo (2016) observa que educar para os Direitos Humanos pressupõe uma transformação da sociedade, começando por dar visibilidade e poder a esses grupos sociais excluídos de instâncias políticas e civis decisórias. Essa visibilidade passa efetivamente pela proposição de ações, realizadas no âmbito da pesquisa e da extensão, protagonizadas por indivíduos e grupos sociais vulnerabilizados. Considerando este contexto e o conceito de minorias sociais formulado por Sodré (2005), destaca-se, para este grupo de trabalho, a violação de direitos e as violências a que são submetidas as pessoas em situação de cárcere no país e seus familiares, que são penalizados por extensão (em desacordo com nossa Constituição, Art. 5º, XLV, a respeito do princípio da "intranscendência da pena"), e os sobreviventes do sistema prisional. São frequentes, nas prisões, o relato de violências diversas (torturas, mortes, correções disciplinares, etc.) e de violações de direitos fundamentais, como o não acesso à água e à comida e a formas de remição de pena por meio do trabalho, do estudo e da leitura, conforme observa a Lei de Execução Penal (Brasil, 1984).

Do lado de fora de seus muros e grades, a prisão também externa sua violência, no tratamento dado aos familiares de pessoas privadas de liberdade em dias de visitas, quando mulheres (maioria da população visitante) são submetidas a práticas humilhantes e vexatórias, como longas filas debaixo de sol e/ou chuva, revistas abusivas, acusações de portarem itens ilícitos em seus próprios corpos, etc. Estar fora do cárcere tampouco representa, para seus sobreviventes, a cessação das violências ou a garantia de acesso a direitos básicos. Com frequência, inaugura-se uma trajetória social profundamente marcada pelo estigma decorrente da experiência prisional. A partir da perspectiva da Educação em Direitos Humanos, conforme apontado acima, e centrada em personagens constituídos em torno do cárcere (aqueles que se encontram sob tutela do Estado em prisões, seus familiares, também submetidos ao regime prisional, e sobreviventes), este Grupo de Trabalho, associado ao Eixo "Pesquisa, Extensão e Inovação em Educação Intercultural", objetiva discutir, por meio de pesquisas empíricas e/ou projetos ou programas extensão, trabalhos que abordem criticamente o sistema prisional brasileiro, na medida que este opera, com o crescimento exponencial do encarceramento de pessoas jovens, pobres e negras (Borges, 2019), como uma ferramenta de administração da pobreza gerada pelo

próprio funcionamento do capitalismo global (Wacquant, 2008). Espera-se trabalhos que tematizem a violação de direitos e a violência no sistema prisional, extensiva a familiares de pessoas privadas de liberdade e aos que sobreviveram ao cárcere.

GT 30: Pesquisa e Extensão: Saberes em Movimento
Coordenação/Colaboração: Dra. Maria Roseli Castilho Garbossa (SEED); Dra. Solange Marilene Melchior do Prado (SEED)
Ementa: De acordo com Santos (2017), nas últimas décadas, o conceito de aprendizagem tornou-se mais dinâmico e aprender passou a ser uma exigência instrumental relativa e não mais algo determinante, estanque e absoluto. Ou seja, a aprendizagem só se tornará significativa se o sujeito for, de fato, inserido de forma ativa na sociedade. Nesse sentido, é de suma importância que acadêmicos e professores desenvolvam atividades experimentais e investigativas que tenham relação com questões sociais da comunidade externa para que, assim, seja possível aplicar a teoria aprendida na compreensão da realidade e na resolução de problemas. Assim sendo, acolhemos neste Grupo de Trabalho, vinculado ao Eixo Temático “Pesquisa, Extensão e Inovação em Educação Intercultural”, propostas que contemplem abordagens metodológicas, atividades, pesquisas acadêmicas vinculadas à comunidade externa e projetos de extensão universitária que contribuam para a compreensão e a transformação de realidades sociais. Objetivamos, na oportunidade, compartilharmos experiências, trabalhos, pesquisas e metodologias a fim de discutirmos a relevância do trabalho acadêmico vinculado à comunidade externa para que, de fato, os saberes estejam em movimento e a ciência cumpra a sua função social.

EIXO 11: Infâncias, Interculturalidade e Práticas Inclusivas

GT 31: Infâncias plurais: saberes e práticas educativas com foco na diversidade, interculturalidade e inclusão
Coordenação/Colaboração: Dra. Taluana Laiz Martins Torres (Universidad de Barcelona); Dra. Priscila Enrique de Oliveira (PMSS)
Ementa: A proposta vinculada ao eixo temático “Infâncias, Interculturalidade e Práticas Inclusivas” justifica-se pela crescente diversidade sociocultural presente nos contextos educativos contemporâneos, especialmente nas primeiras etapas da escolarização. As infâncias são múltiplas e atravessadas por marcadores como cultura, língua, origem, etnia, gênero e condições socioeconômicas, o que exige

práticas pedagógicas interseccionais, sensíveis à diferença e comprometidas com a equidade. Nesse sentido, o GT "Infâncias plurais: saberes e práticas educativas com foco na diversidade, interculturalidade e inclusão" pretende problematizar como as instituições reconhecem, acolhem e valorizam essa diversidade, promovendo experiências inclusivas desde a educação infantil.

Tendo em vista a necessidade de superar abordagens simplistas e homogeneizadoras de ensino que invisibilizam as singularidades das crianças e reforçam desigualdades, propomos discussões que visem a articulação da interculturalidade, diversidade e inclusão a partir de práticas educativas escolares e não escolares, inseridas em contextos urbanos, rurais, bem como em terras indígenas. Assim, a proposta deste grupo de trabalho busca contribuir para o debate, visibilidade e construção de práticas e saberes que não apenas integrem, mas que efetivamente reconheçam e dialoguem com os repertórios culturais das crianças, favorecendo processos de pertencimento, participação e aprendizagem significativa.

O objetivo geral consiste em analisar e debater experiências, saberes e práticas pedagógicas que integrem perspectivas interculturais e inclusivas no trabalho com as infâncias. Como objetivos específicos, pretendemos: (1) compreender como a diversidade, a interculturalidade e a inclusão se manifestam no contexto educativo; (2) visibilizar estratégias pedagógicas que promovam a inclusão e o respeito às diferenças; e (3) refletir sobre o papel de educadores e educadoras na mediação de práticas que valorizem a pluralidade.

A delimitação da temática centra-se em contextos de educação infantil e/ou anos iniciais, com foco nas interações, experiências, saberes, propostas pedagógicas e organização do ambiente educativo. A abordagem prioriza uma perspetiva qualitativa, valorizando os significados construídos nas práticas e nas relações.

GT 32: Convivência e Infância

Coordenação/Colaboração: Dra. Erone Hemann Lanes (Unoesc); Dra. Mônica Tessaro (Unoesc)

Ementa: A crescente diversidade cultural nas escolas, especialmente com a presença de crianças imigrantes e em processos de inclusão, impõe a necessidade de pensar para além das práticas curriculares, voltando o olhar para a qualidade da convivência. Esta proposta é relevante por socializar pesquisas que investigam como a convivência impacta na efetivação da educação intercultural e inclusiva que respeite as múltiplas identidades e garanta o bem-estar e a aprendizagem das crianças. O Grupo de Trabalho tem como objetivo central discutir a interseção entre práticas de convivência e a consolidação da pedagogia intercultural na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A temática será

delimitada pelos objetivos específicos: promover debate qualificado sobre a relação indissociável entre convivência e construção de práticas pedagógicas interculturais e inclusivas; analisar os desafios e as possibilidades para a acolhida e integração de crianças imigrantes e em processos de inclusão; socializar estratégias pedagógicas e de gestão que fortaleçam a convivência e o diálogo intercultural, contribuindo para o bem-estar, o sentimento de pertença e a aprendizagem de todas as crianças e refletir sobre o papel da formação docente na preparação de professores para mediar conflitos e promover a cultura de paz e respeito à diversidade no ambiente escolar.

GT 33: Interculturalidade e Inclusão na Educação Infantil e nos Anos Iniciais: diálogos e práticas para a valorização das múltiplas infâncias

Coordenação/Colaboração: Dra. Juliane Claudia Piovesan (URI/FW); Dra. Rosane de Fatima Ferrari (URI/FW)

Ementa: A presente proposta "Interculturalidade e Inclusão na Educação Infantil e nos Anos Iniciais: diálogos e práticas para a valorização das múltiplas infâncias" insere-se no eixo temático "Infâncias, Interculturalidade e Práticas Inclusivas" ao reconhecer a infância como um tempo plural, marcado por múltiplas formas de ser, viver e aprender. Justifica-se pela necessidade de fortalecer práticas educativas que considerem as crianças como sujeitos de direitos, produtores de cultura e participantes ativos nos processos de aprendizagem. Em contextos cada vez mais diversos, os espaços formativos são convocados a desenvolver ações pedagógicas que dialoguem com as diferenças socioculturais, étnicas, linguísticas e de desenvolvimento, superando perspectivas homogeneizadoras e excludentes. Assim, a relevância desta proposta reside na valorização das culturas infantis e na construção de práticas inclusivas/interculturais que promovam equidade, pertencimento e participação, contribuindo para uma educação mais humana, democrática e socialmente comprometida.

A vinculação ao eixo se evidencia ao propor reflexões e práticas que articulam interculturalidade e inclusão como princípios estruturantes do trabalho pedagógico na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de compreender a interculturalidade não apenas como convivência entre culturas, mas como um processo de diálogo, escuta e reconhecimento do outro, no qual proposições são entendidas como potência pedagógica. Como objetivos, a proposta busca: problematizar concepções de infância à luz da diversidade contemporânea; refletir sobre práticas pedagógicas que integrem ludicidade, escuta sensível e valorização das culturas infantis; analisar experiências educativas que promovam inclusão e equidade nos processos de ensino e aprendizagem e contribuir para a formação docente comprometida com a garantia dos direitos das crianças e com a construção de ambientes educativos acolhedores e participativos.

A delimitação temática concentra-se nas práticas educativas desenvolvidas na

Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase em metodologias lúdicas, projetos interdisciplinares e abordagens que favoreçam a aprendizagem significativa. Serão privilegiadas experiências que evidenciem o diálogo intercultural, o respeito às diferenças e a construção de identidades, bem como estratégias que promovam a participação ativa das crianças, incluindo aquelas em situação de vulnerabilidade ou com necessidades específicas. Desse modo, a proposta reafirma o papel da escola e da formação docente na construção de uma educação que acolhe, respeita e potencializa as múltiplas infâncias, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e para a consolidação de práticas educativas inclusivas e socialmente referenciadas.

EIXO 12: Juventudes, Identidades e Educação Intercultural

GT 34: Políticas de Ensino Médio e a questão da justiça escolar
Coordenação/Colaboração: Dra. Luthiane Miszak Valença de Oliveira (IFFAR); Dr. Roberto Rafael Dias da Silva (UNISINOS)
Ementa: Este Grupo de Trabalho (GT) temático propõe-se a reunir pesquisas que problematizam as políticas de ensino médio à luz da noção de justiça escolar, tomando como eixo central as tensões entre universalização, qualidade, equidade e reconhecimento das diferenças. Parte-se do entendimento de que o ensino médio constitui uma etapa estratégica e historicamente marcada por desigualdades estruturais, nas quais se entrecruzam fatores socioeconômicos, culturais, territoriais, étnico-raciais e de gênero, impactando diretamente as trajetórias escolares de adolescentes e jovens. O GT acolhe trabalhos que adotem abordagens críticas e compreensivas sobre as políticas públicas contemporâneas, considerando tanto seus fundamentos normativos quanto seus processos de implementação e efeitos concretos nos contextos escolares. Interessa, particularmente, analisar como tais políticas enfrentam (ou reproduzem) desigualdades educacionais, bem como suas implicações para a promoção de uma justiça escolar que vá além da igualdade formal de acesso, incorporando dimensões de equidade, reconhecimento e participação. Serão valorizadas contribuições que dialoguem com diferentes referenciais teóricos e metodológicos, incluindo estudos empíricos, análises documentais, investigações comparadas e reflexões teóricas. Espera-se que os trabalhos explorem temas como: reformas curriculares e suas implicações para a justiça educacional; políticas de avaliação e responsabilização; diversificação de itinerários formativos; condições de permanência e engajamento estudantil; experiências escolares e produção de sentido pelos jovens; e práticas institucionais que tensionam ou promovem maior equidade. Além disso, o GT busca fomentar o debate sobre os limites e possibilidades das políticas de ensino médio na construção de uma escola mais justa, considerando os desafios contemporâneos colocados pelas

transformações sociais e pelas demandas por inclusão e reconhecimento. Ao articular diferentes perspectivas, pretende-se contribuir para a produção de conhecimento comprometido com a redução das desigualdades educacionais e com a construção de políticas mais sensíveis às múltiplas realidades juvenis. Objetivos e delimitação da proposta: Analisar criticamente as políticas de ensino médio em sua relação com a justiça escolar, considerando como seus princípios, diretrizes e formas de implementação incidem sobre as desigualdades educacionais, com o propósito de produzir e socializar conhecimentos que contribuam para a construção de políticas mais equitativas, inclusivas e atentas às múltiplas realidades de adolescentes e jovens.

EIXO 13: Educação Integral, Interculturalidade e Desenvolvimento Humano

GT 35: Educação Integral, políticas públicas, práticas sociais e pedagógicas: desenvolvimento humano e formação emancipatória

Coordenação/Colaboração: Dra. Jaqueline Moll (URI/FW); Tatiane Santana Cavalcante (URI/FW)

Ementa: A presente proposta de Grupo de Trabalho (GT) ancora-se na compreensão da Educação Integral como um paradigma formativo que reconhece a complexidade do ser humano e a necessidade de articular múltiplas dimensões do desenvolvimento - cognitiva, estética, afetiva, corporal, social, cultural, ética, entre outras. Nessa perspectiva, dialoga com o pensamento de autores como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Edgar Morin e outros, que compreendem a escola como um direito universal e a educação como um processo que deve enfrentar a fragmentação do conhecimento e promover uma visão complexa, contextualizada e integradora da realidade.

A Educação Integral, conforme problematizada por Jaqueline Moll, ultrapassa a ampliação da jornada escolar, configurando-se como um projeto político-pedagógico comprometido com a pleno desenvolvimento dos sujeitos, em articulação com os territórios, os saberes comunitários e as múltiplas experiências educativas. Nesse sentido, a escola deixa de ser um espaço isolado e passa a dialogar com temas, territórios, saberes, que transcendem ao seu desenho tradicional e ampliam possibilidades em termos de desenvolvimento humano. A interculturalidade, por sua vez, constitui-se como eixo estruturante desta proposta, sendo compreendida na perspectiva crítica defendida por Vera Maria Candau, que a entende como um processo de reconhecimento, valorização e diálogo entre culturas, tensionando relações de poder, desigualdades e práticas excludentes, historicamente construídas. Tal abordagem contribui para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça social e com a valorização das diferenças.

Esta proposta assume a educação como prática da liberdade, na perspectiva

pedagógica freireana, centrada no diálogo, na problematização da realidade e na construção de sujeitos capazes de construir inéditos sociais viáveis. A articulação entre Educação Integral e interculturalidade, nessa perspectiva, favorece processos formativos que reconhecem os sujeitos em sua historicidade, identidade e inserção sociocultural. A relevância deste GT reside na necessidade de aprofundar o debate sobre práticas pedagógicas e sociais, políticas públicas e experiências educativas que integrem Educação Integral, desenvolvimento humano e formação emancipatória, especialmente frente aos desafios históricos e contemporâneos, marcados por desigualdades sociais, diversidade cultural e demandas por inclusão. Ao considerar o desenvolvimento humano em sua integralidade, a proposta busca evidenciar caminhos que fortaleçam práticas educativas (pedagógicas, curriculares, didáticas e de gestão) emancipatórias.

Este GT objetiva: 1. Analisar práticas e experiências de Educação Integral articuladas que dialoguem com suas premissas; 2. Discutir políticas públicas e diretrizes curriculares à luz da complexidade e do desenvolvimento humano integral; 3. Socializar pesquisas e experiências que valorizem saberes plurais, territórios educativos e práticas inclusivas; 4. Promover o diálogo interdisciplinar entre diferentes campos do conhecimento.

A delimitação temática contempla estudos teóricos e empíricos que abordem: práticas pedagógicas; experiências de Educação Integral em contextos formais e não formais; formação docente; políticas públicas, processos de inclusão e valorização da diversidade, territórios educativos. Dessa forma, o GT configura-se como um espaço de socialização de conhecimentos, reflexão crítica e intercâmbio de experiências, contribuindo para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a formação integral, o desenvolvimento pleno, a formação emancipatória, a equidade e a transformação social.

GT 36: Entre a Transposição Didática e o Desgaste Emocional: A saúde do professor da Educação Básica em debate

Coordenação/Colaboração: Dra. Marines Aires (URI/FW); Dra. Jordana Wruck Timm (URI/FW)

Ementa: O exercício da docência tem sido atravessado por desafios que transcendem o ato de ensinar, situando o professor em um cenário de crescente desgaste físico e emocional. Para além da transposição didática, o docente enfrenta hoje a precarização das condições de trabalho, a invasão do espaço privado pelo regime de disponibilidade constante e a necessidade de mediar conflitos sociais complexos que adentram a sala de aula. Somam-se a isso a defasagem salarial, a pressão por resultados em avaliações padronizadas e a urgência de uma atualização tecnológica permanente, fatores que, em conjunto,

culminam em quadros de exaustão extrema e no esvaziamento do sentido do trabalho. Falar em saúde docente exige romper com a fragmentação que separa o "corpo que adoece" da "mente que ensina". Para tanto, recorremos ao conceito de Vulnerabilidade de Ayres (2006), que nos permite compreender que o adoecimento não é um fracasso individual ou puramente biológico, mas o resultado de uma trama de fatores contextuais e institucionais.

Desta forma, este Grupo de Trabalho propõe um espaço de reflexão e debate sobre a saúde física, mental e emocional dos professores da Educação Básica no contexto de escolas na perspectiva da humanização e do cuidado ao docente. O foco reside na identificação de estratégias de cuidado coletivo, políticas de suporte e a análise dos processos de adoecimento e resiliência frente às demandas da educação contemporânea.

GT 37: Educação integral e biosofia

Coordenação/Colaboração: Dr. Claudionei Vicente Cassol (URI/FW); Doutoranda Gabrieli Schäffer (URI/FW)

Ementa: O Grupo de Trabalho se propõe a dialogar, refletir e conhecer leituras, interpretações, estudos, pesquisas e produções que se comprometam com a vida numa compreensão ampla, vinculada com o cuidado de todos os elementos do cosmos e de todos os seres humanos, em todas as suas dimensões. A biosofia é práxis de perspectiva omnilateral e compreensão integral que encaminham aproximações entre a educação e a vida pelas sendas da ciência humanista. O debate proposto considera conhecimentos que abracem o compromisso com a vida tanto de base mais primária como o âmbito do *zoo* quando do *bios*, como um conjunto harmônico complexo e valoriza a sabedoria do cotidiano, da existência, das militâncias no cuidado e manutenção da vida compreendida como o movimento e possibilidade constante de aprendizado, de fazer-se e refazer-se, de constituir-se nos coletivos em relações dialógicas e de racionalidade. A tematização da biosofia em interação com educação integral, implicam o ser humano em sua totalidade e encaminha um novo modo de compreender as relações interpessoais e os processos de ensino, de aprendizado e de construção do conhecimento, da ciência. São aproximações reforçadoras da compreensão do ser humano em sua integralidade e de todos os seres humanos no compromisso de cuidar e manter a vida.

Na práxis educativa a interligação entre biosofia e educação integral demanda a superação de abordagens solipsistas, de tradição neo e ultraliberal que alimentam ideologias nazifascistas, segregacionistas, fragmentadoras, de hegemonia capitalista predatória. A criação de processos educativos que favoreçam relações dialógicas nas quais cada indivíduo se reconheça participante e corresponsável com o mundo, potencializa vivências formativas que unam cognição, emoções, corporeidade e ética; valorizam as pessoas e suas trajetórias sócio-históricas,

pessoais e conexões com o mundo. O processo educativo na escola e na comunidade, nas instituições e no âmbito pessoal, transcende o técnico e pragmático da instrução e se transforma em uma práxis social fundamentada, argumentada, de amplitude analítico-crítica da realidade, das relações e de si.

Dialogar, na perspectiva da *biosofia* e da *educação integral*, considera a vida em sua totalidade, como possibilidade de aprendizado constante, contínuo, permanente, o que pode ser considerado sabedoria de vida porque significa com intensidade, respeito, pluralidade e abertura radical, os conhecimentos científicos sistematizados nas escolas – educação básica e superior – e aqueles que ocorrem no cotidiano das vivências, experiências, do mundo simbólico e concreto e que possibilitam novos e contínuos conhecimentos. A sabedoria de vida é um convite a dispor-se à aprendizagem constante e em diferentes lugares, ao logo de toda a vida; a *biosofia* convida a ocupar diferentes lugares de poder na sociedade, com a consciência de humanidade e cientificidade, de racionalidade e de emotividade, pois é a partir desses movimentos integrados que pode acontecer a equidade, integralidade, omnilateralidade, na formação humana e intelectual de todos e todas. O Grupo de Trabalho pode contribuir como espaço de diálogo com diferentes concepções, teorias, paradigmas, ideias, perspectivas, afim de qualificar e ampliar o debate sobre da formação humana com compromisso de manter e defender a vida com sabedoria, o que implica, também, um uso sistemático de linguagem democrática e democracia de gênero.